

Resumo: Resultado da conferência de encerramento do VI Workshop de Pós-Graduação em Ciência da Informação, em 2019, o texto apresenta uma posição em defesa da existência do conceito operatório de infocomunicação. A informação tem sido um elemento agregador e objeto central quer da Ciência da Informação, quer das Ciências da Comunicação, assim como da Informática e das Ciências da Computação. Não obstante essa realidade, o seu tratamento e perspectiva diverge inúmeras vezes e outras tantas é mesmo conflituoso. O desenvolvimento e a maior maturidade das referidas áreas e campos de conhecimento tem procurado dar respostas à crescente necessidade de compreender fenómenos associados com a informação, a comunicação e o digital. Neste sentido, é gerada atividade humana, com nova geração de informação, cuja crescente complexidade e impacte em múltiplas áreas da atividade humana obriga a novas formas de entendimento.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Ciências da Comunicação; Infocomunicação; Mundo digital.

Abstract: Resulting from the closing conference of the VI Post-Graduate Workshop in Information Science, in 2019, the text presents a position in defense of the existence of the operational concept of infocommunication. Information has been an aggregating element and a central object of both Information Science and Communication Sciences, as well as Information Technology and Computer Science. Despite this reality, its treatment and perspective diverge countless times and on many occasions it generates conflicts. The development and greater maturity of these areas and fields of knowledge have sought to respond to the growing need of understanding phenomena associated with information, communication and the digital. In this context, human activity is generated, with a new generation of information, whose increasing complexity and impact on multiple areas of human activity requires new forms of understanding.

Keywords: Information Science; Communications Sciences; Infocommunication; Digital world.

1. Introdução

O presente artigo resulta da palestra de encerramento do *Workshop* organizado pelo Grupo de Trabalho em Ciência da Informação da SOPCOM e teve o propósito de partilha com os participantes de uma pesquisa em curso de Epistemologia Prática (PAVIANI, 2009), ou seja, de síntese dos princípios e questões gnoseológicas com as escolhas metodológicas mais adequadas no campo amplo e movediço das Ciências da Informação e da Comunicação... Uma pesquisa com implicações interessantes e que parte dos trajetos percorridos em áreas diferentes, mas convergentes, dos Autores: de um lado da Ciência da Informação, com raízes nas Ciências Documentais; e do outro dos Sistemas de Informação e Tecnologias da Informação e da Comunicação. Trajetos e experiências singulares que convergem numa mesma descoberta: a impossibilidade de se explorar cientificamente o fenómeno humano da informação sem entender conseqüentemente o fenómeno também humano e social da comunicação. E que a partir desta aposta globalizante seja possível encarar a construção de um objeto científico integrador das várias disciplinas em jogo, ou seja, as disciplinas convocadas para a construção de um conhecimento científico em torno desses fenómenos, nomeadamente a Ciência da Informação, a Sociologia, a Linguística (e

as correlatas Semiologia e Semiótica), a História, a Psicologia, a Antropologia e ainda os Sistemas de Informação (e correlatas como a Multimídia). Mas os desafios que se colocam nesta pesquisa em desenvolvimento e para os Autores deste artigo é mostrar que a abordagem científica visada tem um cariz específico, que importa estruturar e deixar bem claro: a quase totalidade das disciplinas citadas abordam a informação e a comunicação com profundidade monográfica, enquanto a Ciência e os Sistemas de Informação desenham um objeto que articula a informação e a comunicação “em arco processual” ou em ciclo. Estas disciplinas desenham naturalmente um objeto de estudo infocomunicacional, que exploram quanto à dinâmica que vai da gênese ou produção ao uso, transformação e (re)criação ou (re)produção, ligando permanentemente a compreensão dos contextos às soluções práticas ou aplicações tecnológicas fabricadas e especificamente adotadas.

Mas se é verdade que estudar a infocomunicação como um “arco processual” ou um ciclo é a marca distintiva das duas disciplinas referidas, também é importante sublinhar, sendo este o principal objetivo do presente artigo, que as demais ciências incluídas na interdisciplina das Ciências da Informação e da Comunicação contribuem e beneficiam da exploração de um tal objeto.

Este trabalho está organizado em quatro partes, propondo uma visita dos campos de estudo da infocomunicação. Depois desta primeira parte introdutória sobre a abordagem adotada, a segunda parte discute o mundo digitalizado, como ponto inicial de todo um processo de crescente centralidade que se traduz na necessidade de dar resposta às questões colocadas, no contexto da infocomunicação. A terceira parte introduz uma discussão inicial da passagem da informação à infocomunicação, enquanto modo de análise de um contexto de mundo digitalizado. O último ponto fecha o texto com a defesa da infocomunicação como um objeto agregador para lidar com a complexidade dos fenómenos contemporâneos.

2. Um Mundo Digital(izado)?

O contexto atual face à informação e à atividade humana é o de uma crescente dependência de meios tecnológicos e das suas aplicações. Quer no contexto profissional, quer em aprendizagem ou mesmo no campo do entretenimento, o recurso a meios e tecnologias de informação e comunicação é cada vez mais comum, popular e intenso. Não obstante, o seu uso e apropriação não coincidem com um entendimento consciente por parte de indivíduos e até de organizações, ele não deixa de ser uma realidade. Estatísticas recentes mostram a sucessão de dispositivos e aplicações, as taxas de penetração de uso e de associação a plataformas digitais e mesmo a emergência de novos fenómenos sociais para os quais se torna necessário um maior conhecimento (OCDE, 2018).

Este é precisamente o contexto de partida para a presente discussão, em que o digital assume um papel predominante na informação que é processada, armazenada e comunicada e em que indivíduos e organizações podem produzir e consumir informação de um modo quase instantâneo e a qualquer hora e em qualquer lugar. A multiplicidade de meios para o fazer e as diversas formas de o fazer têm tornado, por sua vez, mais complexo o relacionamento e a possibilidade de comunicação. É paradoxal que quando se possui uma oferta crescente e sofisticada de tecnologias de informação e comunicação, tantas

dificuldades e desafios sejam colocados à tomada de decisão e mesmo à captação da atenção, a ponto de existir referência a que nos encontramos numa sociedade da atenção.

A Sociedade da Informação é uma sociedade que predominantemente utiliza as tecnologias de informação e comunicação para a troca de dados e informação em formato digital e que suporta a interação entre indivíduos e organizações com recurso a práticas e métodos em construção permanente (GOUVEIA e GAIO, 2004). Esta definição do início do século XXI propõe uma noção operacional para todo um fenómeno que carece atualmente de novas perspetivas que permitam uma maior tomada de consciência e de entendimento para os desafios que um ecossistema intensamente digital tem produzido, com profundos impactos para a atividade humana.

Ainda considerando esta definição operacional de Sociedade da Informação, podemos elencar três das suas características essenciais: uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação; uso crescente do digital; e organização em rede (GOUVEIA e RANITO, 2004). Mas qual a relação com a informação e quais as consequências para a nossa discussão? Desde logo, um foco na tecnologia e não no recurso ou no próprio valor da informação, gerando uma distorção sobre o uso e exploração das tecnologias de informação e comunicação. Do ponto de vista histórico, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação está associado com um forte investimento e políticas públicas que proporcionaram a existência de infraestruturas que viabilizaram o aparecimento das plataformas digitais e democratizaram o acesso à informação. Por sua vez, o uso crescente do digital permitiu maiores níveis de automatização, que por sua vez possibilitaram uma crescente disponibilidade de informação que pode ser explorada de uma forma mais fácil, de baixo custo e de um modo rápido. Para o efeito, houve a necessidade de investir inicialmente em formas de tornar os sistemas de informação mais eficientes e eficazes. Neste contexto e para lidar com o comportamento dos sistemas de informação e com a sua qualidade, foram adotados processos e uma organização baseada em processos que, conjuntamente com investimentos significativos em formação de recursos humanos, potenciaram a adoção de práticas associadas com o uso eficiente e eficaz de tecnologias de informação nas organizações e, claro, pelos próprios indivíduos também no seu dia-a-dia (GOUVEIA e RANITO, 2004). Com estas duas características associadas num ecossistema digital, foi fomentado um relacionamento mais rápido, também fruto da disponibilidade instantânea proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação e pelos sistemas de informação, agora de base digital. Em consequência, a organização em rede emerge também como forma de relacionamento entre indivíduos e nas próprias organizações. Esta alteração das hierarquias impacta a comunicação e o relacionamento humano e obriga a transformações também nas práticas de comando e controlo em contexto da atividade das organizações, para práticas de partilha e regulação, o que exige um outro tipo de competências e formas alternativas de lidar com a informação, de a partilhar, de a proteger e mesmo de a produzir (GOUVEIA, 2012).

Neste contexto, a organização em rede proporciona novas propostas que evoluem rapidamente em função das necessidades e das dinâmicas de grupos de indivíduos e de organizações que interagem entre si. Depois de explorar e usar as tecnologias de informação e comunicação, ficamos diferentes! Em parte, porque as noções de tempo e espaço têm uma escala não humana, em parte porque o mesmo acontece à qualidade e quantidade de informação disponível (GOUVEIA, 2017).

Embora a atividade humana continue a decorrer no contexto da sua dimensão física, ela agora é complementada de forma não passível de ser ignorada, pela sua forma digital. Neste contexto o mundo analógico adquire uma dimensão digital que o transforma. De que modo? Por vezes, proporcionando práticas que são disruptivas em relação a práticas anteriores. Alguns exemplos: aprender no mundo analógico exige predominantemente práticas de memorizar para aprender, ao invés, no digital, esquecer para aprender é a norma – leia-se descartar informação anterior e substituir por nova informação; trabalhar no mundo analógico exige tomar tempo, enquanto no mundo digital se pode trabalhar sem ter em consideração essa dimensão como um parâmetro básico – este exemplo é desafio para a forma como em muitos locais ainda se controla e contabiliza o trabalho.

Assim, este ecossistema digital traduz-se num contexto que é altamente conectado e opera em ritmo acelerado; que está em constante mudança, a exigir resposta imediata e eficaz; com espaços de trabalho em mutação constante. Onde ainda existe uma exigência de *fazer agora, em qualquer local, com a tecnologia disponível, sem tomar tempo e com eficiência de recursos*. Assim, a ação por parte do indivíduo tem de estar mais orientada à colaboração e partilha de informação; com disponibilidade para aprender ao longo da vida e sempre que tal se proporcione e de um modo informal; de o fazer sozinho e com recursos próprios; e, talvez ainda mais desafiante, cada indivíduo estar preparado para um ciclo virtuoso de lidar com a informação que lhe permita: *partilhar, cocriar, ser criativo, reutilizar, estar sempre ligado, possuir alta mobilidade, descartar* (GOUVEIA, 2017).

Em consequência, este contexto mais digital e conectado impõe alguns desafios aos indivíduos, nomeadamente como lidar com mais informação, de forma mais rápida, em maior quantidade e de maior complexidade (que inclui múltiplos canais, formatos, meios, graus de qualidade, entre outras dimensões). Assim, temos que saber mais como lidar com estes desafios. De facto, o recurso sistemático às tecnologias de informação e comunicação possibilitou mais alternativas, mais informação, mas tal traduz-se efetivamente em mais espaço, por termos o virtual? Em mais tempo, por termos a escala do computador e do digital? Conseguimos pensar melhor, por termos mais meios para processamento, armazenamento e comunicação de informação? E, por último, o relacionamento entre indivíduos melhorou com toda a oferta do digital, interagimos mais, mas interagimos melhor?

Estamos assim no contexto *multiverso* e com falta de ferramentas de compreensão do que nos rodeia (onde a sucessão rápida de ideias não se traduz, nem traduz conceitos, gerando mais confusão que certeza) – o que contraria uma consequência da informação, no contexto das ciências da computação que é a informação como redução da incerteza. Certo, parece ser, que vivemos num mundo digital, conectado, dependente, complexo e entrópico e que impõe novos e recorrentes desafios. Este exige, assim, que as novas possibilidades correspondam novos usos, tornando o tempo e espaço digitais, complementares aos tradicionais espaço e tempo físicos e criando novos lugares de resposta aos desafios colocados pelas tecnologias de informação e pela sociedade da informação, entretanto operacionalizada (GOUVEIA, 2017).

Vivemos, pois, num ecossistema digital que torna o mundo cada vez mais digitalizado e se relaciona com este por múltiplas formas, criando novos relacionamentos e transformando modos mais tradicionais de processar, organizar e comunicar informação. Este confronto entre o novo e o velho é visível em muitos contextos e tem causado entropia e confusão,

também nas propostas de integração das práticas associadas com a informação. Neste contexto, tal como quem defende que “*o novo nasce do velho*”¹, os desafios colocados por um contexto em rede, a multiplicidade de fontes de informação e o crescente uso do digital para veicular informação proporcionam novos diálogos associados com a informação e a comunicação, mas que devem ser complementados para abarcar o novo.

3. Da Informação à Infocomunicação: um ajuste epistemológico

Afigura-se-nos propedêutico evocar o plausível desiderato de uns Autores (contra, naturalmente, a opinião de outros) defenderem a necessidade de uma definição não apenas conceitual do termo ‘informação’, mas que permita construir o objeto não apenas da Ciência da Informação, mas também das que formam genericamente o elenco das Ciências da Comunicação. Neste sentido, merece relevo o esforço feito pelos Autores alemães, para definir ‘informação’ (posta entre dados e conhecimento), do recente *Handbook of Information Science* (STOCK; STOCK, 2015:36), que ilustra bem o atual movimento epistemológico e formativo das *iSchools* (*Schools of Information Science*), muito marcado pelo domínio instrumental da tecnologia digital:

If we want to put knowledge “into a form”, or in motion, we cannot do so by disregarding this physical process. Information is thus fundamentally a unit made up of two components: the document as signal, and the content as knowledge. For the purpose of information science, we must enhance Shannon’s scheme by adding the knowledge component.

Para estes Autores, a Ciência da Informação estuda “*the representation, storage and supply as well as the search for retrieval of relevant (predominantly digital) documents and knowledge (including the environment of information)*” (STOCK e STOCK, 2015:3).

Contrasta, substancialmente, com este posicionamento, muito caro também a gestores e a informáticos, o utilíssimo exercício etimológico, histórico e hermenêutico que Rafael Capurro e Birger Hjørland fizeram e publicaram, em forma de artigo, *O Conceito de Informação* (2007:148-207). Um exercício que começa logo com estas palavras na “introdução”: “*O conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado*², desempenha um papel central na sociedade contemporânea”

1 Da frase “Não se tira nada de nada, o novo vem do antigo, mas nem por isso é menos novo”, atribuída a Bertolt Brecht, dramaturgo, poeta e encenador alemão (1898-1956).

2 Esta afirmação aparece explicada mais adiante, nas p. 162-163 do artigo: “Mas, ao mesmo tempo, continua a busca por uma reflexão mais aprofundada em que informação e comunicação, sejam ou não humanas, são vistas com suas correspondentes *differentia specifica* de acordo com o ponto de vista do Gênero de interpretação ou seleção. Esta reflexão aprofundada significa, por um lado, uma renascença da dimensão ontológica das raízes gregas de *informatio* além de uma visão humanista restritiva, enquanto, por outro, a perspectiva moderna, agora desumanizada, da informação como conhecimento comunicado, dá origem ao que poderíamos chamar uma ontologia comunicativa em que não apenas seres vivos (além dos humanos), mas também todos os tipos de sistemas são tidos como produtores, processadores e compartilhadores de informação. Esta perspectiva também pode explicar o surgimento da CI como ciência que supostamente está *relacionada tanto aos sistemas computacionais quanto a seres humanos*” (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:162-163).

(CAPURRO e HJØRLAND, 2007:149). E isto significa, em nossa opinião, tomar a informação por sinónimo de conhecimento explícito (ou comunicado), não diferenciando, neste nível, os dois termos, o que é uma demarcação importante em relação à perspectiva dominante que insiste em separar ‘dados’ de ‘informação’ e esta de ‘conhecimento’ (explícito e tácito, não importa...).

Os Autores seguiram uma estratégia interessante e partiram da história da palavra informação, para, conseqüentemente, discutirem não apenas a sua importância, mas também a sua adequação semântica ao tempo atual e a sua centralidade no debate epistemológico em torno da Ciência da Informação. A erudição dos Autores e a capacidade analítica demonstrada de expor e de encadear, de forma sistemática, a vasta literatura disponível, a que acresce a utilíssima síntese sobre a origem e a evolução contextual-histórica do conceito, torna o seu artigo obrigatório na abordagem tanto da informação, como da ciência que a reclama como objeto de estudo próprio. Quer isto dizer concordância plena com o posicionamento expresso dos Autores? Capurro e Hjørland tanto concitam nossa concordância, como provocam compreensíveis reticências. Com efeito, bastam alguns exemplos para comprová-lo.

Um extrato algo extenso merece ser retido e comentado:

Nenhuma ciência deveria ser identificada através de suas ferramentas (por exemplo, tecnologias modernas). Supõe-se que todos os campos utilizam as mais adequadas ferramentas disponíveis. Uma ciência deveria ser identificada pelo seu objeto de estudo. Como tal, o estudo da informação é o melhor. Precisamos, contudo, identificar a função específica da CI em relação à geração, coleta, organização, integração, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, de forma distinta das atividades nas quais outros profissionais são mais qualificados. Do nosso ponto de vista, os profissionais da informação normalmente têm uma visão geral ampla das fontes de informação, de padrões sociológicos na produção de conhecimento, de tipos de documentos e assim por diante. Eles também deveriam ter um conhecimento mais amplo de filosofia da ciência (por exemplo, paradigmas e epistemologia) e dos princípios do uso da linguagem para finalidades especiais. Acreditamos que o foco dos profissionais da informação (distintos dos outros grupos de profissionais a que estão servindo) implica uma abordagem sociológica e epistemológica para a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação. Os cientistas da informação – pela própria natureza de seu campo – devem trabalhar de modo de cima para baixo, ou seja, do campo geral do conhecimento e suas fontes de informação para o específico, enquanto os especialistas do domínio devem trabalhar de baixo para cima, do específico para o geral. (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:187).

Sintonia plena quanto ao essencial do posicionamento epistemológico dos Autores. Não são as normas, as técnicas, nem sequer as tecnologias ou ferramentas empregues no processamento e na recuperação da informação que definem a Ciência da Informação, mas o conhecimento amplo e contextual do modo como as pessoas necessitam e buscam a informação, todavia também, como geram, como coletam, como organizam, como

armazenam, como transmitem e como transformam a informação – estas fases são enfatizadas e bem por Capurro e Hjørland. Eles não retiram, porém, deste encadeado processual, todas as consequências (e, para isto, talvez contribua, entre outros, o facto curioso de eles, em nenhum momento, considerarem, pelo menos, a Arquivística como disciplina associada ou relacionada com a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação). Eles diferenciam os cientistas da informação dos outros especialistas de domínio, pelo modo como trabalham ou operam: aqueles do geral para o específico, e estes do específico para o geral. Compreende-se a ideia, mas é limitada: os cientistas da informação diferenciam-se porque, ao operarem num plano geral (e não se limitando a um domínio específico que importa explorar rumo ao desconhecido) abarcam a informação como processo, no qual as etapas necessárias à comunicação estão incluídas. Não é a informação que é um processo, mas o modo como ela e a comunicação são convertidas, pela Ciência da Informação em objeto de estudo exploratório e sistemático. As etapas enumeradas no extrato, por Capurro e Hjørland, supõem um encadeamento, contudo não necessariamente regular e ininterrupto: há quebras, barreiras, saltos e anomalias que precisam ser analisadas e compreendidas, ou seja, há, assim, uma dimensão teórica, orientada por uma finalidade prática ou de aplicação.

Na mesma página, em parágrafo imediato, afirmam:

Com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como *informação* – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto (por exemplo, uma pedra em um campo) contém diferentes informações para, digamos, um arqueólogo ou um geólogo. O mesmo assunto deveria, portanto, ser representado diversamente em bases de dados de assuntos diferentes. O conceito de informação, em si, pode ser definido universalmente (por exemplo, BATESON, 1972). Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, estes objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade. Em medicina, com a solução de problemas de saúde. Nos estudos femininos, à compreensão e emancipação das mulheres. Nos sistemas comerciais, às estratégias de negócios (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:187-188).

Informação é muito mais que notícia, ou muito mais que a resposta a uma questão colocada a uma base de dados, disponível nos terminais de uma biblioteca especializada ou pública. E informação não é precisamente qualquer coisa, sobretudo se por coisa entendermos uma pedra, ou uma árvore nascida naturalmente num jardim, num bosque ou numa floresta – uma pedra afiada para servir de punhal, uma escultura em pedra, ou metal, ou um canteiro de flores dispostas de acordo com uma figura geométrica ou antropomórfica, aí sim, tais “objetos” já não são coisas porque contêm informação (a matéria recebeu uma “ideia”

humana)! Entender informação daquele modo é, no mínimo, restritivo e, ao mesmo tempo, impreciso. A informação humana e social, não sendo exatamente como a energia (“propriedade fundamental do universo”), torna-se, como ela, mais compreensível se a adjetivarmos, ou especificarmos; e os qualificativos são imensos – é que a informação está por todo o lado do planeta onde haja seres humanos e suas “extensões”, mais as respectivas necessidades. A necessidade de informação não se reduz à de ler um romance, ou um artigo científico, mas expande-se enormemente, incluindo atos básicos de leitura, ou de oralidade como a indicação de uma localidade, de um posto de gasolina ou de um restaurante...

Na p. 192, lê-se:

A perspectiva domínio-analítica está relacionada com a visão hermenêutica. Porque o entendimento é determinado pelo pré-entendimento do observador. Uma *hermenêutica da informação* explícita tem sido desenvolvida por Capurro (por exemplo, 1986). Está também relacionada com as abordagens semióticas (por exemplo, BRIER, 1992, 1999) e com a abordagem conhecida como construtivismo social (por exemplo, FROHMANN, 1990, 1994; SAVOLAINEN, 2000)” (CAPURRO e HJØRLAND, 2007).

Concordância quanto ao relevo que se deve dar ao papel subjetivo, interpretativo, psicológico e socialmente determinado, do recetor (ou observador ou leitor ou ainda utilizador), justificando uma hermenêutica do significado/do domínio a partir do qual a busca de informação se faz. No entanto, também não pode ser omitido o produtor de sentido, ou de significados (que se pode associar ao emissor). Num processo infocomunicacional pleno, se é verdade que o recetor interpreta a seu modo e/ou altera a mensagem, não há dúvida que o grande desafio desse processo é que se atinja uma efetiva partilha de sentido (*comunio*, isto é, comunhão), através de uma interpretação o mais próxima possível do que o interlocutor (ou o Autor de um texto) quis significar. Aceita-se a proposta hermenêutica de Capurro e suas relações, nomeadamente com a ciber-semiótica de Brier (2008), contudo em vez do construtivismo social, mantemo-nos muito mais próximos do construtivismo piagetano.

Por último, vamos à conclusão do artigo para destacar o seguinte:

Em nossa percepção, a distinção mais importante é aquela entre informação como um objeto ou coisa (por exemplo, número de *bits*) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo. A visão interpretativa desloca a atenção dos atributos das coisas para os *mecanismos de liberação* para os quais aqueles atributos são relevantes. Esta mudança pode causar frustração porque é inerentemente difícil e porque envolve princípios teleológicos que são contrários aos princípios positivistas da ciência. É relativamente fácil contar o número de palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder. Questões de interpretação também são difíceis porque frequentemente confundimos interpretação e abordagem individualista. O significado é, entretanto, determinado nos contextos social e cultural (...).

À medida que os sistemas de informação se tornam mais globais e interconectados, a informação implícita é, muitas vezes, perdida. Esta situação desafia a CI a ser mais recetiva aos impactos sociais e culturais dos processos interpretativos e, também, às diferenças qualitativas entre diferentes contextos e media. Esta mudança significa a inclusão dos processos interpretativos como uma condição *sine qua non* dos processos de informação. Como temos demonstrado, esta tarefa é essencialmente multi e interdisciplinar. A construção de redes é basicamente um processo de interpretação. A construção de uma rede científica como uma atividade autorreflexiva pressupõe o esclarecimento de conceitos comuns. Um destes conceitos é informação (CAPURRO e HJØRLAND, 2007:193-194).

Persiste a divergência a respeito do sentido de coisa³: um número de *bits*, ou de palavras escritas é um signo que resulta da atividade mental de um sujeito cognitivo e implica a interpretação de outro sujeito de espécie similar, pelo que a distinção da informação, como um objeto ou coisa, e a informação, como um conceito subjetivo, assenta num pressuposto ontológico e epistemológico diferente do nosso. Entendemos informação como o que resulta e é percebido/recebido por um sujeito cognitivo, havendo, neste sentido, sempre uma dimensão subjetiva (maior ou menor, variando do grau de “aderência” da atividade representativa e interpretativa do sujeito cognitivo em relação ao que está fora de si). A partir desta diferenciação, o que nos parece importante é distinguir as diversas e realmente distintas concetualizações de informação em cosmologia, em física, em biologia, em informática e em ciência da informação. Nesta disciplina, a informação corresponde a um fenómeno humano e social, sendo, por causa disto, essencial o papel da interpretação tanto no aparato teórico-metodológico da ciência da informação, como em todo o processo infocomunicacional estudado por ela: há interpretação na produção e/ou coleta, na organização, no armazenamento e recuperação, na transmissão, na busca e transformação. No que concerne a esta evidência há, de novo, sintonia com Capurro e Hjørland.

Uma sintonia flagrante, apesar das dissonâncias apontadas, na definição de informação, exposta publicamente em livro intitulado *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* (SILVA e RIBEIRO, 2002:37). Ela surge com esta primeira formulação:

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada.

Mais tarde, em 2006, foi burilada tendo em vista o seu desejável aperfeiçoamento:

³ Os três primeiros significados de coisa, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, desenharam a aceção que adotamos, ao contrário de Capurro e Hjørland: “1. Tudo quanto exista ou possa existir de natureza corpórea ou incorpórea. 2. qualquer ser inanimado. 3. realidade, facto concreto, em relação ao que é abstrato ou assim considerado” (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2002: vol. 2, p. 980).

Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada (SILVA, 2006:25).

A primeira versão foi precedida por dois parágrafos de enquadramento que importa recordar:

Se parece óbvio que a Informação seja texto e o que isto implica (representações codificadas, não importa como, desde que humana e socialmente inteligíveis), é óbvia também a diferença de olhares problematizadores que interpelam o mesmo objeto. Ao contrário de Popper, diremos que há objeto para lá do sujeito, mas concordamos com ele quando acrescentamos que esse objeto também é construído através de um *corpus* homogéneo de problemas e de perspetivas formuladas pelo sujeito. Ora, algumas dessas operações centradas num tipo específico de Informação (a consolidada para usarmos o termo de Saracevic e Woods) assemelham-se muito a procedimentos metodológicos próprios de ciências sociais e humanas como a História, a Sociologia ou a Antropologia e, neste sentido, teríamos de concluir haver uma profunda “promiscuidade” epistémica entre elas e a disciplina científica orientada para o estudo específico do fenómeno informacional. Julgamos, porém, que não deve haver tal, nem há de facto, e a prova contundente desta nossa opinião, passa pela linha divisória que é possível traçar entre a análise de conteúdo (indexação) e a avaliação/reorganização (produção de sínteses e de resumos). Aquela insere-se plenamente no estudo da informação em si mesma, enquanto esta penetra em segmentos temáticos especializados que só podem ser reorganizados ou resumidos com desenvoltura por quem os conheça em pormenor – o químico, o técnico de eletrónica, o físico, o historiador, o psicólogo, o médico, o jurista, etc. Temos, assim, que a Informação consolidada é, antes de mais, informação, e o ato de consolidação remete mais para o contexto orgânico de produção (veja-se, por exemplo, o caso de uma Assessoria Jurídica de empresa ou instituição que faça resumos e condensados de leis e de disposições normativas para apoio à ação da respetiva entidade), do que para a função científico-técnica de um bibliotecário, documentalista ou arquivista. Há, portanto, limites à esfera científica destes últimos, situada a montante do processo comunicacional. Tais limites justificam a tentativa de uma definição de Informação, talvez ainda imperfeita, mas mais completa (...) (SILVA e RIBEIRO, 2002:36-37).

E a segunda versão é antecedida por um arrazoado explicativo e introdutório de que extratamos apenas este excerto:

Desde já importa esclarecer que entendemos a Informação como um fenómeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si. Situa-se, pois, entre o conhecimento [“Usamos este termo no seu sentido mais específico, ou seja, como sinónimo

de “cognição”] e a comunicação, tendo como pano de fundo, a montante, a totalidade psicossomática do ser humano – que hoje já ultrapassa muito o âmbito específico da Psicologia Cognitiva e se situa mais no campo das neurociências, como tão bem tem vindo a mostrar os estudos de António Damásio – que não deixa de estar presente também a jusante, pois determina o comportamento informacional dos utilizadores/pesquisadores da Informação; e a jusante, ainda, situa-se a capacidade humana de comunicação, já que o processo comunicacional não pode acontecer sem as mensagens, os conteúdos, numa palavra, a Informação.

Este entendimento leva-nos a estabelecer, de um ponto de vista conceptual, a diferença entre Informação e Comunicação (a segunda não existe sem a primeira, ou seja, a Informação precede a Comunicação, tendo, portanto, uma existência anterior e autónoma), salvaguardando, contudo, a inter-relação entre elas. Leva-nos, também, a estabelecer a distinção entre Informação e Documentação (ou Informação registada) uma vez que o registo, num suporte exterior ao sujeito produtor da Informação, é também algo que acontece *a posteriori*, ou seja, depois de a Informação já existir na mente humana e insere-se já no processo que visa a comunicação. Importa, pois, adiantar como referência de base para o que a seguir for dito, a definição de Informação de que partimos (...) (SILVA, 2006: 24-25).

Do primeiro extrato, percebe-se a necessidade de construir e delimitar um objeto para a Ciência da Informação, que viria a receber esta definição operatória: “*é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno infocomunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)*” (SILVA, 2006:140-141). E, do segundo, constata-se o propósito de ir além de uma definição operatória, tomada, eventualmente, como mais ou menos produtiva, e, sobretudo, de construir um objeto científico vinculado à realidade humana e social através da noção de fenómeno – o que aparece aos sentidos, à percepção.

Para haver Ciência da Informação, tem de haver um objeto aceite como tal e para isso não há como evitar um esforço de definição, ou seja, de ajudar a mapear e a focar problemas que convocam uma abordagem sistemática, científica. Jaime Robredo, em 2003, quis fugir a essa “tentação”, mas, na prática, glosou, com desvios e acertos, a definição supracitada em duas versões:

A informação é uma propriedade fundamental do universo e, como a energia, possui uma realidade própria. Não parece que seja possível de forma genérica; da mesma forma que a energia, torna-se mais compreensível quando acompanhada de um qualificativo: energia elétrica, energia hidráulica, energia nuclear, etc.; informação social, informação estratégica, informação genética, etc.

Pode ser gerada, redescoberta ou extraída a partir de conhecimento existente (humano), de registos informacionais (em suportes diversos), ou, ainda, a partir de estímulos externos (percepções, sensações). Quando codificada, pode

ser armazenada, preservada, reproduzida, transmitida, processada, organizada, reorganizada e recuperada. Quando processada e avaliada de acordo, por referências qualitativas preestabelecidas (por meios mecânicos ou cognitivos) pode aumentar seu valor e/ou interagir com bases de conhecimentos geradas natural ou artificialmente. Torna-se perceptível, transmissível, utilizável somente através de algum processo dinâmico, com a intervenção de elementos externos aos registros que, em conjunto se constituem em algum tipo de sistema: a informação registrada. Armazenada em arquivos, bibliotecas (reais ou virtuais), ou bancos de dados, só volta à “vida” – como a eterna Branca de Neve – quando solicitada, eventualmente por intermédio de alguma engenhoca eletrônica, de forma, convenhamos, bem menos poética que no imaginário popular, por algum utilizador em busca de “novo” conhecimento (ROBREDO, 2003:147-148).

Jaime Robredo, seguindo a equivocidade geral que se tornou prevalecente no modo de conceber a informação, não conseguiu libertar-se de uma visão documentalista, que secundariza a informação face ao conhecimento e a converte numa “substância” moldada sempre ao contexto e ao meio/suporte que a anima. Trata-se de uma perspectiva que se distancia da conceituação de Capurro e Hjørland e se afasta muito mais ainda da definição subscrita por Silva e Ribeiro, tanto nas versões evocadas, como na definitiva que se apresenta a público neste artigo. Uma versão com ligeiros ajustes em relação às anteriores, sendo que o principal de todos consiste em enfatizar a informação como infocomunicação. E sobre este termo refira-se que o usamos pela primeira vez precedido do *e* (eletrônico) e com hífen em livro intitulado *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*⁴. A abrir esta obra, há uma nota de editor que vale a pena registar:

As “ciências da informação e da comunicação” (CIC), campo interdisciplinar que na França já tem um perfil de vinculação académico-institucional e um recorte epistemológico, consolidados, encontram, na presente obra, uma original dotação em contexto luso-brasileiro.

e-Infocomunicação: estratégias e aplicações é resultado do esforço comum de investigadores do NAP Escola do Futuro - USP/Observatório Digital da Universidade de São Paulo, e do CETAC.media, da Universidade do Porto e da Universidade de Aveiro. Esta publicação, parceria da Escola do Futuro com o SENAC São Paulo, traz a público o conhecimento que vem sendo produzido no Brasil e em Portugal sobre o fenómeno infocomunicacional.

O termo cunha ou fixa várias significações: (1) um diálogo e uma prática assumidamente interdisciplinares; (2) a construção de um objeto científico que está para lá do senso comum e dos problemas, temas e tensões decorrentes das dinâmicas puramente profissionais (quer do lado do jornalismo e da comunicação multimédia, quer do lado das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Sistemas de Informação e Gestão Documental e da Informação); (3) a remissão desse objeto para um fenómeno essencialmente humano e social, com evidentes

⁴ PASSARELLI, Brasilina; SILVA; Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org.. São Paulo: SENEC; Escola do Futuro-USP, 2014.

implicações epistemológicas; e (4) um duplo movimento de investigação “pura” e aplicada, desenvolvendo-se sobretudo esta cada vez mais através da criação, da implementação e do uso das plataformas digitais.

Esclarecimento ou nota histórica que enquadra melhor a novíssima versão de uma definição utilitária:

Conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente, possíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo e passíveis, portanto, de serem partilhadas de forma síncrona ou assíncrona e direcionada ou multidireccionada.

Os ajustes podem parecer superficiais e muito pontuais, mas comportam um acréscimo de precisão definitiva, dentro dos três “módulos” que constituem o enunciado produzido:

I conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente
II passíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo
III e suscetíveis, portanto, de serem partilhadas de forma síncrona ou assíncrona, direcionada e multidireccionada

Arredondando um pouco, sem cairmos em simplificações desnecessárias, no primeiro módulo, fica plasmada a relação cérebro e mente (que inclui a ação do ambiente social), em que se valoriza a cognição como faculdade intrínseca do humano, modelada pelo meio. Acrescente-se, ainda, no módulo inicial da definição, é absorvido o conhecimento explícito, porque, na raiz, conhecer é representar mental/emocionalmente, e da faculdade de representar resultam “competências” várias, como a de compreender/perceber, aprender, descobrir, inovar, etc. Um artigo científico, com novidades e descobertas, é aplaudido como um exemplo feliz de conhecimento científico, sendo, em si mesmo, informação, a que podemos juntar o adjetivo científico, enquanto um bilhete posto em lugar de destaque numa qualquer cozinha, com a indicação do almoço ou do jantar, não merece a categoria de conhecimento, mas é, fenomenologicamente, informação a que podemos juntar o adjetivo doméstica. E, por aqui se pode inferir que é dispensável o uso de conhecimento ou até de informação, como se fossem conceitos distintos, porque informação/conhecimento significam o mesmo e, se queremos distinguir os contextos e a qualidade, valor, impacto, relevância para a Humanidade, dos textos, basta-nos, talvez, adjetivar com rigor: informação administrativa, financeira, contabilística, científica, técnico-científica, literária, desportiva, doméstica, etc.

O segundo módulo tem uma importância escondida: há uma separação subtil, mas efetiva, entre conteúdo e continente. As representações codificadas formam-se na mente,

materializando-se fora do sujeito cognoscente e “informador”, fora da esfera mental, através da função de registo ou de inscrição – na pedra, em argila, em tabuinhas, em papiro, em pergaminho, em papel, no digital... Nasceu, pela função inscriteira, o documento e impôs-se por uma outra função associada, mas não simétrica – a transmissora. Confundir informação com documento é um equívoco redutor que tem sido cometido e que está presente na tríade dados-informação-conhecimento. A visão mecanicista, naturalmente cultivada pelos informáticos, levou a que se amarrasse dados e informação à unidade tecnológica capaz de produzi-los e processá-los, como se dados e informação não fossem, de alguma maneira, uma representação humana, mediada tecnologicamente, ou dito de outro modo, vertida num “suporte tecnológico”. Aqueles que confundem informação com documento, revelando, assim, a influência da teoria “mecanicista” de Shannon e Weaver, sentem, obviamente, a necessidade de uma palavra que signifique algo menos tangível, algo de superior valia intelectual – o conhecimento! Meteram-se por um labirinto, complicando o que, sendo complexo, é simples e compreensível para os etnólogos e antropólogos: nas comunidades anatemizadas de “primitivas”, as narrativas essenciais à sua identidade são transmitidas oralmente, o que significa tratar-se de informação codificada (representações expressas na língua desse povo), que se conserva na memória de todos e, especialmente, de alguns membros com estatuto e poder especial; uma informação que não carece de ser registada fora, através da escrita, até porque, nessas comunidades, não havia ainda a escrita, mas, que os estudiosos, chegados do “mundo civilizado”, registaram em papel ou em gravadores e em filme, produzindo documento, indispensável à ocorrência do prescrito no módulo terceiro.

Havendo documento, potencia-se a comunicação – módulo terceiro. A informação é potencialmente comunicacional, tende a ser partilhada pelos interlocutores ou recetores. Comunicação é partilha plena de sentido, o que significa algo mais que uma função transmissora. Esta é imprescindível, mas não suficiente: a assimilação de informação transforma-se em nova informação, que traz ou devolve a “compreensão correta do sentido transmitido” (ou não...) e, assim, se processa continuamente a interação dialética entre os comunicantes. O epíteto de infocomunicacional, atribuído a esta terceira perspetiva, decorre da articulação que é feita entre informação e comunicação, através de uma “ponte” – o documento “clássico” ou o documento-meio (*docmedia*), eletrónico ou digital – a plataforma digital (SILVA e RAMOS, 2014). O elo documental promove a simbiose das duas facetas de um fenómeno complexo – o infocomunicacional. Fenómeno simbiótico que é complexo e é nitidamente social, surgindo e mantendo-se em condições exigentes e apuradas, nunca garantidas à partida e que, hoje, são muito facilitadas pelas denominadas TIC – tecnologias de informação e comunicação, de que são exemplo maior e complexo, as plataformas digitais.

Na última parte deste texto, explicita-se o objeto agregador que desafia as Ciências da Informação e da Comunicação a reforçarem uma agenda de investigação assumidamente comum.

4. Nota final: infocomunicação, um objeto agregador

É sobejamente conhecido o aparecimento em França, no ano de 1974, da interdisciplina e da carreira académica das *Sciences de l’Information et de la Communication*, com ambições epistemológicas surgidas pela expressão cunhada, mas que na prática ficaram

por cumprir. A palavra informação surge denominada face à importância sociológica da comunicação e na tradição intelectual francesa, o conceito operatório de Cultura subalterniza para sombras densas de ambiguidade, o conceito de informação. Nesta medida, embora a iniciativa que partiu do empenho de Roland Barthes, de Robert Escarpit e Jean Meyrat seja genericamente inspiradora para nós (SILVA e RAMOS, 2014), há uma diferença substancial que importa sublinhar: a comunicação não corresponde em si a um fenómeno meramente social e cultural, ela é inseparável da dimensão informacional e remete para a matriz psicossomática do *Homo Sapiens*. Que a cultura seja um conceito amplo no qual cabe a infocomunicação não sofre contestação, mas os culturalistas sérios são os primeiros a reconhecer o infocomunicacional como elemento constitutivo de Cultura. Suzana Conde mi e François Savatier definem esta como “*todo o conjunto de características comportamentais, de símbolos e ideias partilhadas no seio de um grupo animal. Esta partilha efetua-se através do espaço (isto é, existe transmissão entre os membros do mesmo grupo) e do tempo (ao longo das gerações). Segundo esta definição, os grupos de golfinhos ou de chimpanzés também têm culturas, embora estas não tenham tido, nesses animais, o mesmo efeito evolutivo*” (CONDEMI e SAVATIER, 2019:29-30). Sendo, assim, infocomunicação específica, com vantagem, a singularidade cultural dos humanos e não há, por isso, razões válidas para resistências ao seu uso incluindo nas análises sociológicas e antropológicas.

Tomemos, pois, a infocomunicação não apenas como um conceito operatório, mas como a expressão funcional de um objeto de estudo que, desde logo, desafia a Ciência da Informação a construí-lo e a explorá-lo enquanto “arco processual” ou ciclo dinâmico, basculando do contextual ao aplicativo e tecnológico, e que, conseqüentemente, agrega construtivamente as Ciências da Informação e da Comunicação, através de três eixos fundamentais:

- 1º.** Gênese/produção do *fluxo informacional*;
- 2º.** Organização e *representação da informação*;
- 3º.** “Receção”, busca e uso ou *comportamento informacional*

Trata-se de uma agenda axial que já foi exposta no X Congresso da SOPCOM, realizado em Viseu em 2017 (RIBEIRO e SILVA, 2019: 66-76) e retomada aqui a fim de constituir ponto de partida para sucessivos e necessários desenvolvimentos em direção diferente e mais fecunda que a seguida em França, como atrás se aludiu e que vale a pena insistir.

Se esmiuçarmos as atas dos Congressos realizados pela SFSCI sobressai, desde logo, um forte desequilíbrio entre as comunicações de cariz sociológico, semiótico (semiológico e medialógico e as relativas à “informação documental”, à “inteligência competitiva” e à gestão de conteúdos (organização, classificação e recuperação de informação), além de que não há ou é residual a existência de coautorias cruzadas, isto é, especialistas da Comunicação trabalhando com aproximações conceituais e metodológicas juntamente com os homólogos da Documentação e Informação. Um caminho interessante de cooperação podemos ir encontrá-lo, surpreendentemente, em Cuba, na Universidade de Habana, mais

precisamente na Facultad de Comunicación⁵. No entanto, esse processo de cooperação interdisciplinar efetiva entre as duas comunidades de cientistas albergados na mesma Escola está ainda numa fase elementar, isto é, as partes buscam complementaridades: os especialistas em informação preocupam-se em mostrar como as suas valências, nomeadamente nas questões relacionadas com a comunicação científica, mais concretamente, a biblio/infometria e em tudo o que se relacione com a receção/uso de informação, bem como das estratégias infocomunicacionais quer de busca, quer de mediação, convergem em pleno e possuem um notório interesse para os que trabalham no campo da comunicação. Aliás, é interessante notar que este movimento de exposição e aproximação tem sido unilateral, isto é, daqueles para estes e não vice-versa.

A problemática da génese do fluxo informacional – 1º eixo – em rigor tem a ver com o fluxo infocomunicacional e, deste modo, uma análise contextual ou orgânico-funcional de uma instituição ou entidade de qualquer outro tipo conjuga-se perfeitamente com a análise de conteúdo e de discurso, porque este é indissociável da entidade que o produz. Se passarmos para um plano exemplificativo podemos trazer à colação um investigador de comunicação a trabalhar o discurso ideológico do serviço noticioso ou de programas noticiosos de um canal de televisão privada não empobrece a sua análise e até a reforça e amplifica se a cruzar com os instrumentos de análise da Ciência da Informação, que inclui os modelos mais operacionais de gestão. Estes ajudam a entender como a ideologia é segregada e através de que tipo de aparelho político-administrativo – se sofisticado, profissional, personalizado, se disforme ou obsoleto. Há, assim, uma efetiva transacionalidade ou circularidade de práticas metodológicas dentro do campo interdisciplinar das Ciências da Comunicação e da Informação. Note-se, aliás, que se trata de uma evidência, mas o curioso é que apesar de evidente continue ausente da conduta dos investigadores do campo e surja, aqui, proposta como se de uma novidade se tratasse!

Surpreende que haja uma convergência no estudo do contexto tanto para a criação da informação como para o desenvolvimento do fluxo em termos comunicacionais. É também natural que a surpresa prossiga tendo em foco o 2º eixo, uma vez que os aspetos relacionados com a organização e a recuperação da informação são conotados exclusivamente como tópico técnico da área da gestão de informação. No entanto, uma abordagem mais fina e que leva já um certo tempo de maturação permite converter qualquer produtor e/ou gestor de informação num mediador colocado simétrica e ativamente entre a génese/criação e o uso da informação. Em nenhum caso o mediador é passivo, embora haja uma diferença entre mediar o acesso através de descritores ou metadados aos conteúdos produzidos e mediar noticiosamente o que ocorreu ou está a ocorrer seja em que segmento da realidade for. Essa diferença é concreta e é bem mais visível no plano comunicacional através do exercício analítico e hermenêutico, enquanto as falhas intencionais ou acidentais verificadas nos pontos fornecidos para acesso direto e amplo aos conteúdos podem ser mais subtis, menos perceptíveis e os seus efeitos negativos e censuráveis, mais toleráveis. Há, no entanto, uma situação mediadora que atenua bastante a diferença apontada: os resumos de artigos científicos em particular, mas

⁵ Uma imagem deste esforço que vem sendo feito está refletida no número especial organizado por Gloria Ponjuán para a revista *Prisma.com*, nº 31 (2016):

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/issue/view/129>

também de livros e de qualquer outro tipo de informação posta a circular, são passíveis de evidenciar uma mediação ainda mais imperfeita que a subjacente aos textos a que se reportam e, neste caso, a análise de desconstrução do discurso é a mesma via a seguir. E a diferença atenua-se muitíssimo mais diante do fenômeno grave e exponencial das *fake news*, que afeta diretamente os profissionais da comunicação, mas exige também medidas inteligentes e avançadas no campo da gestão de tecnologia e informação. Temos aqui um tema e um problema retintamente infocomunicacional,

Por último, temos o 3º eixo e aqui a transversalidade metodológica é, sem dúvida, mais óbvia e é mais fácil montar projetos e estratégias comuns de pesquisa. Desde logo, porque é redutor reclamar só para a Ciência da Informação o estudo do “comportamento informacional”, sendo certo que em seu seio prossegue a discussão sobre se o termo comportamento, por conta de seu cariz demasiado “behaviorista”, não deve antes ser substituído por “práticas” de inspiração mais sociológica e de raiz marxista. Mas aceitando-se que a busca, o uso e a reprodução de conteúdos mediados cabem dentro do termo comportamento, criticamente ressignificado, a expressão que faz todo o sentido empregar é a de comportamento infocomunicacional, convergindo para o respetivo estudo o já amplo legado de investigação em torno dos mecanismos e dos efeitos da recepção por parte de leitores, ouvintes, telespectadores, “consumidores” ou “público em geral”. Um legado rico e composto de “camadas”, isto é, desde as abordagens mais quantitativas e superficiais até às amostras mais pequenas indagadas em profundidade com relevo tanto para as condições externas de consumo (busca e uso), como internas (culturais e psicológicas de cada pessoa em particular). Estamos numa área onde é possível importar e fecundar os estudos que se cingem ao modo de busca, uso e transformação da informação com os designados “estudos culturais”, mesmo que para isso seja preciso delimitá-los melhor pois a sua amplitude e variedade tem proliferado sem restrições conceituais. Estamos perante um território a explorar, em que, por exemplo, as análises da “cultura visual” permitem cartografar os caminhos rasgados pelo meio da codificação áudio-imagética em suporte digital que as pessoas são hoje obrigadas a trilhar e ao fazê-lo comportam-se infocomunicacionalmente, convertendo-se em objeto de estudo com vista à fixação e aplicação de modelos. Os modelos de comportamento até hoje propostos e recenseados em Ciência da Informação não beneficiaram minimamente do contributo dos “estudos culturais”. Também, no campo rico e complexo dos Museus em espaços físicos (construídos ou naturais) e digitais, há que superar em definitivo a estreita leitura dada pelos “estudos de público” e articular o infocomunicacional com o educativo. Os Museus são espaços ativamente explorados educativamente, mas é preciso compreender em que medida ocorrem aí processos de ensino e aprendizagem, perceber se aí são suscitadas ou (re)descobertas necessidades informacionais atendidas e convertidas em informação qualificada (conhecimento). No espaço museológico e em muitos outros a Sociologia, a História de Arte e Antropologia têm operado tendencialmente à solta, quando é evidente que o processo infocomunicacional, cada vez mais saturado de tecnologia, precisa de ser também abarcado (contexto) e articulado (estrutura).

Não se pretende aqui traçar um elenco mínimo e muito menos exaustivo de problemas e temas que mostrem sem margem para dúvidas como a infocomunicação agrega as CIC e as estimula a construir estratégias comuns, nomeadamente no plano metodológico. Este é, aliás, um tópico em análise e desenvolvimentos que caberá em próximos trabalhos.

Referências bibliográficas

BRIER, Soren

2008 *Cybersemiotics: why Information is not enough*. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger

2007 O Conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 12:1 (jan-abr. 2007) 148-207.

CONDEMI, Suzana; SAVATIER, François

2019 *Últimas notícias do Sapiens*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2019.

GOUVEIA, Luís Borges

2017 Transformação digital: desafios e implicações na perspectiva da informação. In MOREIRA, F. [et al.] - *Transformação digital: oportunidades e ameaças para uma competitividade mais inteligente*. Faro: Sílabas e Desafios, 2017, p. 5.

GOUVEIA, Luís Borges

2012 O Conceito de rede face ao digital e aos media sociais. *Multimed : revista do Reseau Mediterranéen de Centres d' Etudes et de Formation*. 1 (2012) 85-103.

GOUVEIA, Luís Borges; GAIO, Sofia

2004 *Sociedade da Informação: balanço e implicações*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.

GOUVEIA, Luís Borges; RANITO, João

2004 *Sistemas de Informação de Apoio à Decisão*. Lisboa: SP; Principia, 2004. (Coleção Inovação e Governância nas autarquias; 7).

OCDE

2018 *Going digital in a multilateral world: report on Meeting of the OECD Council at Ministerial Level. Paris, 30-31 May, 2018*. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 dez. 2019]. Disponível em: <https://www.oecd.org/going-digital/C-MIN-2018-6-EN.pdf>.

PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org.

2014 *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: SENAC; Escola do Futuro, USP, 2014.

PAVIANI, Jayme

2009 *Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da

2019 A Infocomunicação como projeto comum de diálogo e prática = Infocommunication as a common dialogue and practice project. In CONGRESSO DA SOPCOM, 10º, Viseu, 2017 - *Ciências da Comunicação: vinte anos de investigação em Portugal : atas*. Ed. Teresa Antas de Barros... [et al.]. Viseu : SOPCOM; Instituto Politécnico de Viseu, 2019, p. 66-76.

ROBREDO, Jaime

2003 *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*.
Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da

2006 *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*.
Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando

2014 *As Ciências da Comunicação e da Informação: casos e desafios de uma interdisciplina*. In PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando, org. - *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: SENAC; Escola do Futuro, USP, 2014, p. 49-78.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2002 *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

STOCK, Wolfgang; STOCK, Wechtild

2015 *Handbook of Information Science*. Berlin; Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2015.

Luís Borges Gouveia | lmbg@ufp.edu.pt

Universidade Fernando Pessoa / CITCEM

Armando Malheiro da Silva | armando.malheiro@gmail.com

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM